

# REFORMA OU DESMONTE DA EDUCAÇÃO?

## Reforma do Ensino Médio

Edgar Smiderle

Nicole de Cândido Ponestk

A educação pública brasileira é um espaço de disputa, as tensões entre o governo, atrelado a setores empresariais, e profissionais interessados em construir uma educação de qualidade, se fazem presentes historicamente. Dentre os atuais ataques à educação está uma Medida Provisória<sup>1</sup> do presidente Michel Temer, que prevê uma “reforma” do Ensino Médio. A primeira problemática que podemos apontar na MP é que ela foi decretada sem diálogo algum com a sociedade, de uma maneira geral, nem mesmo com a parte mais interessada, educadores/as e estudantes.

Dentre as principais mudanças no Ensino Médio previstas pela MP, que pretende ser “moderna” e “flexível”, estão: o aumento da carga horária escolar de 800 horas para 1400 horas anuais, visando um ensino integral; a não obrigatoriedade de algumas disciplinas; uma grade de conteúdos composta por cinco “itinerários formativos”, sendo eles: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica profissional; e a possibilidade das aulas serem ministradas por “profissionais de notório saber” sem a necessidade de que estes tenham formação pedagógica. Além disso, possibilita que o estudante complemente a carga horária que necessita fazendo cursos pagos fora do ambiente escolar.

Desde que foi decretada no dia 22 de setembro de 2016, a MP foi duramente criticada por suas mudanças, sendo que, pouco depois o Ministério da Educação (MEC) emitiu uma nota justificando que aquela que foi publicada era uma “versão incorreta”. A justificativa foi no sentido de informar que não haveria cortes de disciplinas, mas que elas se tornariam opcionais de acordo com as escolhas dos/as estudantes. Sendo assim, não mudou a perspectiva elitista e impositiva da “reforma”.

À primeira vista, algumas medidas podem parecer interessantes, tais como o ensino integral, por exemplo. Entretanto, ao analisarmos a proposta percebemos que

---

<sup>1</sup>Medida Provisória é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformar-se definitivamente em lei. A MP referente à reforma do Ensino Médio está disponível em: <<<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/sXtYABnV2wxHKtAT49Ge4TjtZUnhxeBezK7pM3Va6aHfsNzF3GMBG74UTRan/mp-novo-ensino-medio.pdf>>> Acesso em: 03/10/2016.

isso seria feito de maneira irresponsável. O aumento da carga horária impossibilita que alunos e alunas que precisam trabalhar para complementar a renda de suas casas o façam, e suas opções seriam cumprir a carga horária flexível no plano em “experiências práticas de trabalho no setor produtivo”, recebendo salários baixíssimos ou, até mesmo, voluntariamente.

Outro impacto que o aumento da carga horária poderia causar seria uma maior evasão escolar dos estudantes, visto a pouca atratividade que a estrutura escolar pública causa. Podemos apontar como possíveis causas desse efeito, a superlotação das salas e a qualidade das aulas, precária pela pouca valorização (em salário, reconhecimento e formação) que os/as docentes recebem no país.

Além disto, com a possível aprovação da PEC 241 – que congelaria o investimento na educação pública por 20 anos – há uma contradição: com o esgotamento dos governos estaduais e a única possibilidade de arrecadação ser oriunda do governo federal (bem como o investimento na educação ser possível principalmente com ele), a expansão da carga horária não permitiria os investimentos em infraestrutura e melhorias no sistema educacional público para que suprissem tal modificação<sup>2</sup>.

Já algumas outras das mudanças propostas não parecem, nem de longe, trazer benefícios para a educação. Reduzir disciplinas inteiras a campos mais abrangentes com o argumento de que “os alunos poderiam escolher o que estudar” é uma visão problemática na medida em que as escolas definirão qual percurso educativo seguir (não será exigido que uma escola contemple todos os cinco itinerários citados anteriormente) e esta será a “opção” obrigatória aos estudantes. Criar um sistema que permita a eliminação de matérias no ensino superior, reforça-se uma defasagem gigantesca entre alunos/as da escola pública e privada, dificultando muito mais a entrada dos(as) primeiros(as) no ensino superior. Aliás, para tal problema, a MP pretende resolvê-lo com a inclusão da disciplina de “formação técnica e profissional” entre os “itinerários formativos”, evidenciando que, para o atual governo, o ensino e a aprendizagem ainda é um privilégio para uma elite, enquanto a outra parcela da população tem seu destino certo na venda da sua força de trabalho.

Não obstante, tal medida é uma afronta também aos profissionais com título de licenciatura, visto que agora há a possibilidade de “profissionais de notório saber”

---

<sup>2</sup> Para mais informações, consultar:

[https://www.facebook.com/campanhanacionaldireitoeducacao/?hc\\_ref=NEWSFEED&fref=nf](https://www.facebook.com/campanhanacionaldireitoeducacao/?hc_ref=NEWSFEED&fref=nf).

Acesso em : 4 de outubro. 2016.

ministrarem as aulas. Neste sentido, há o questionamento inicial acerca da formação e experiência docente que tal profissionais não teriam, em oposição aos cursos de licenciatura que têm, em certa medida, por meio da obrigação de cumprir determinada quantidade de horas de preparação e regência em sua grade curricular. O que está previsto também no Plano Nacional de Educação.

Em resposta a possível instauração dessa medida de reforma do ensino médio, podemos encontrar manifestações de resistência. Além das publicações em redes sociais que evidenciam o repúdio às atitudes do governo federal, há também as ocupações das escolas públicas, realizadas pelos próprios estudantes. Os movimentos começaram expressivamente no Paraná, onde mais de 1000 escolas foram ocupadas, quase o número total de escolas públicas com Ensino Médio no Estado. As ocupações se espalharam pelo Brasil e obrigaram o governo a rever alguns aspectos da proposta. Entretanto a Reforma se manteve com pequenas alterações e vem sendo aplicada aos poucos com medidas que desvalorizam os profissionais da educação e precarizam ainda mais o ensino público.

## **Escola ou quartel? A lei da mordança e a militarização do ensino**

*Sara Munique Noal*

*Vanessa Evangelhista Rocha*

Era o primeiro dia de aula. João levantou empolgado, colocou seu uniforme e foi para a escola. Não via a hora de reencontrar os amigos, mostrar as músicas novas que tinha ouvido nas férias. Esse ano iria começar o ensino médio. Estava empolgado. Na esquina da escola uma surpresa, uma movimentação estranha. Havia policiais esperando na entrada, fardados e armados. João achou estranho. “Aconteceu alguma coisa!” pensou ele. De fato, havia acontecido algo. Agora, quem dirigia o colégio era a Polícia Militar.

João achou legal no início, estava ansioso para saber quais seriam as mudanças. Todos os alunos se reuniram no pátio para ouvir o que diriam os novos “diretores”. Primeiramente, estava proibido cabelo comprido, todos tinham de cortar o mais rente possível e as meninas deveriam sempre estar de cabelo amarrado. O uniforme passaria a ser uma farda. Não poderiam mais ouvir outros tipos de música a não ser o Hino Nacional. Todos deveriam circular com as mãos para trás. Brincadeiras, conversas, tudo estava proibido. Na sala de aula deveriam bater continência para os professores, bem como para os policiais que estavam na escola. Tudo parecia surreal.

João é um personagem inventado. Mas a escola descrita a cima é real. No estado de Goiás 11 escolas são administradas pela Polícia Militar desde 2014. A justificativa da Secretaria de Educação era diminuir a violência dentro das escolas. Isso realmente aconteceu. Não existe mais violência entre os alunos, mas a imposição de regras e normas, que muito se parecem com as impostas em quartéis, não seria um tipo de violência? Dentro das salas de aula os professores não podem tratar de determinados assuntos. O professor de História, por exemplo, é proibido de chamar o período militar de ditadura.

Outro problema que se apresenta nesses colégios é que começaram a ser cobradas taxas de matrícula, mensalidades e o valor dos uniformes (ou fardas) pode chegar a R\$ 500 reais. As mensalidades giram em torno de R\$ 50 reais por mês. Parece um valor irrisório, mas para uma família que possui dois filhos e que tem uma renda mensal de 1 a 2 salários mínimos, 100 reais fazem uma grande diferença no final do mês.

Além do autoritarismo presente nesses colégios e o fim do ensino público e gratuito, esses alunos se encontram, dentro da escola, totalmente descolados da realidade em que vivem em seus bairros, muitos deles periféricos. Do portão para dentro todos são “iguais”. Mas essa igualdade é mascarada. Por exemplo, a maioria desses colégios militares ganharam prêmios de melhores notas no Enem em 2015. Isso parece uma coisa boa, devemos concordar. Mas a maioria desses alunos são filhos de militares, já que 50% das vagas são destinadas a eles. Não foram meninos da periferia que ganharam os prêmios. Ademais estes colégios recebem proporcionalmente muito mais recursos do que os demais, assim, o recurso que falta nas escolas não militares existem para estas, e portanto, não é a militarização em si que produz o resultado.

Em um documentário realizado pelo “Profissão Repórter”, programa da TV Globo, os alunos não podiam conversar com os repórteres sozinhos, apenas acompanhados por algum policial. E aí nos perguntamos, porque? Se todos concordam com a metodologia aplicada e se beneficiam com isso, porque sempre estavam acompanhados, como se fossem vigiados durante todo o tempo? Essas medidas remontam os anos da ditadura, onde professores e alunos eram constantemente controlados e observados pelos militares.

Embora essas medidas tenham sido tomadas no estado de Goiás, o Ministério da Educação vem analisando uma proposta, que muito se parece com esses colégios militares, e que irá mudar a forma de conceber a educação em todo o país. O projeto Escola Sem Partido. Desde 2004 existe o movimento Escola Sem Partido, mas somente em 2013 se tornou um projeto de lei com visibilidade. Essa iniciativa tem como finalidade eliminar o pensamento crítico nas escolas, alegando que os professores “doutrinam” os alunos com ideologias partidárias. Segundo o site do projeto “Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade”<sup>3</sup>.

No trecho a cima percebemos uma série de incoerências. A primeira é afirmar que existe uma educação que seja neutra. Todo pensamento, mesmo de forma inconsciente, possuiu uma base ideológica. Isso não é algo ruim ou negativo. Sempre que entramos em sala de aula escolhemos nossos referenciais teóricos e metodológicos com os quais iremos trabalhar o conteúdo. Isso acontece em todos os âmbitos da

---

<sup>3</sup> Para mais informações acessar <http://www.escolasempartido.org/apresentacao> acessado em 08/10/2016 as 09h10min

educação, ensino fundamental, médio e superior, tanto público como privado. O que torna essa afirmação do ESP engraçada é o fato de perseguirem apenas professores com tendências a um pensamento voltado para a sociedade. Refletir com os alunos os aspectos controversos que existem na política brasileira se tornou coisa de “esquerdopata” ou “petralha” como eles afirmam.

O segundo ponto que nos chama atenção é o fato de alegarem estarmos em uma “sociedade livre” e ao mesmo tempo buscarem reprimir professores por “doutrinação”. Se estamos em uma sociedade que nos permite ter livre pensamento e a liberdade de expressar esse pensamento, quando proibimos o professor de expor sua visão de mundo aos alunos não estaríamos restringindo esse direito que faz parte da nossa Constituição? Além disso eles colocam que é necessário refletir sobre “os infinitos matizes da realidade”, mas ao mesmo tempo perseguem professores que estudam com seus alunos intelectuais como Karl Marx, um dos maiores nomes das ciências sociais do mundo todo. Já Adam Smith, que também possuiu uma visão específica de mundo, poderíamos estudar sem problemas? Isso não seria “doutrinação”?

Nesse sentido podemos perceber que, tanto a militarização das escolas, como o projeto Escola Sem Partido, buscam a total alienação dos nossos alunos. Afirmar que o professor não pode pensar criticamente com seus alunos é uma forma de formar jovens voltados apenas para o mercado de trabalho. Literalmente, o que querem é formar mão-de-obra barata, para servir e manter o sistema capitalista.

Tirar a liberdade de pensar e criar dos alunos não é a melhor forma de melhorar o nosso sistema de ensino. Muito pelo contrário. Projetos como esses são preocupantes, pois não permitem que a escola cumpra seu papel de formadora de consciências. Ela se torna apenas um espaço de reprodução de um conhecimento pronto.

Na mesma reportagem que fala das escolas militares, uma outra, no Rio Grande do Sul passou a utilizar da dança e do hip hop como forma de incentivar os alunos a estudarem. Esse método não é fácil de ser aplicado, requer uma reestruturação do próprio pensar dos professores. Mas a ideia funcionou, o número de faltas dos alunos diminuiu consideravelmente, bem como a violência entre os alunos. Nesse sentido, podemos pensar, será que não está na hora de mudarmos a estratégia? Dialogar mais com os alunos ao invés de tomar medidas autoritárias, desenvolver projetos que façam com que cresçam como indivíduos partindo da própria realidade vivida por eles.

Dar autonomia para aluno e mostrar que ele também é um sujeito ativo da sua própria história e fazer com que esse jovem perceba a importância de estudar. A solução

para um país que possui umas das piores educações do mundo nunca será o autoritarismo. O que queremos é uma sociedade pensante, que não tenha medo, que não tenha e que não queira, jamais, “bater continência” dentro de uma sala de aula.

## REFERÊNCIAS:

Para pensar a “reforma” do Ensino Médio: [http://blogjunho.com.br/para-pensar-a-reforma-do-ensino-medio/#\\_ftn1](http://blogjunho.com.br/para-pensar-a-reforma-do-ensino-medio/#_ftn1)

MEC esclarece que não haverá corte de nenhuma disciplina: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39581>

MP do ensino médio recebe 568 emendas de deputados e senadores: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-09/mp-do-ensino-medio-recebe-568-emendas-de-deputados-e-senadores>

ANÁLISE: Reforma não resolve problemas que desembocam no ensino médio: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1815771-reforma-nao-resolve-problemas-que-desembocam-no-ensino-medio.shtml>

Conversa de Heródoto Barbeiro com o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. Disponível em: [www.facebook.com/campanhanacionaldireitoeducacao/?hc\\_ref=NEWSFEED&fref=nf](http://www.facebook.com/campanhanacionaldireitoeducacao/?hc_ref=NEWSFEED&fref=nf) . Acesso em: 4 de outubro. 2016.

Ocupação das escolas no Paraná como protesto à reforma do ensino médio. Disponível em: [www.esquerdadiario.com.br/Ja-sao-27-escolas-ocupadas-no-Parana-contra-a-Reforma-do-Ensino-Medio](http://www.esquerdadiario.com.br/Ja-sao-27-escolas-ocupadas-no-Parana-contra-a-Reforma-do-Ensino-Medio) . Acesso em: 4 de outubro. 2016.